ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO: por uma Geografia Crítica Aplicada

Vitor Alfredo de Rezende Alves[1]
Paulo Henrique Kingma Orlando [2]

Como citar: ALVES, Vitor Alfredo de Rezende; ORLANDO, Paulo Henrique Kingma. GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO:: por uma Geografia Crítica Aplicada. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74652. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74652

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 12/04/2024 | **Aceito:** 12/08/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo
O presente estudo é uma pesquisa teórica e bibliográfica que busca analisar como se deu o processo de fragmentação teoria-prática na Geografia, bem como a relação desse processo com outras fragmentações, como a divisão Física e Humana. Destaca-se a importância de uma Geografia Crítica no planejamento, entendendo que a visão de relação sociedade-natureza da Ciência Geográfica é um aspecto importante para uma prática de organização espacial integrada e autonomista. Entende-se que o planejamento é um dos lugares por excelência da Geografia, numa preocupação de superação da dicotomia teoria-prática. O quadro que aqui se deseja levantar é que uma visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da Ciência Geográfica no planejamento. Assim, o artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro serão discutidas algumas das fragmentações da Geografia, com destaque para a dicotomia teoria-prática. No segundo pretende-se trazer o papel da Geografia no planejamento. No terceiro, buscar-se-á apresentar concepções de planejamento para além do tradicional, um outro planejamento, integrado e autonomista.

Palavras-chave: Geografia. Fragmentações. Planejamento. Integração.

GEOGRAPHY AND PLANNING: Towards an Applied Critical Geography

Abstract
This study is a theoretical and bibliographical research that aims to analyze the process of theory-practice fragmentation in Geography, as well as the relationship of this process with other fragmentations, such as the division between Physical and Human Geography. The importance of Critical Geography in planning is highlighted, understanding that the perspective on the society-nature relationship in Geographic Science is an important aspect for a practice of integrated and autonomous spatial organization. Planning is understood as one of the quintessential areas of Geography, with a focus on overcoming the theory-practice dichotomy. The picture that this study aims to present is that a compartmentalized vision maintains complex internal contradictions within Geography, seeking to emphasize the theoretical-practical aspect to understand the role of Geographic Science in planning. Thus, the article is divided into three sections. The first will discuss some of the fragmentations in Geography, with emphasis on the theory-practice dichotomy. The second section intends to highlight

[1] Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), Brasil
E-mail: vitor_rezende2012@hotmail.com
[2] Professor doutor em Geografia na Universidade Federal de Catalão, Catalão (GO), Brasil
E-mail: phorlando@yahoo.com.br

the role of Geography in planning. The third will aim to present planning concepts that go beyond the traditional, focusing on an integrated and autonomous planning approach.

Keywords: Geography. Fragmentations. Planning. Integration.

Introdução

A relação da Geografia com o Estado e com o modo de produção capitalista foi uma das características marcantes dessa ciência desde a sua constituição. O caráter descritivo e inventariante das pesquisas realizadas pela Ciência Geográfica foi tomado de forma utilitarista. Assim, a descrição e o trabalho no planejamento estratégico colocavam o geógrafo em uma posição importante.

O Movimento de Renovação da Geografia a partir da década de 1970 trouxe críticas profundas a esse utilitarismo e a relação da Geografia com o Estado, destacando a importância de a Geografia ser crítica a realidade contraditória que organiza a sociedade. Tal característica foi necessária tendo em vista que a utilidade do conhecimento geográfico servia a propósitos muitas vezes predatórios. A Geografia nesse momento também se mostrava mais preocupada com sua estruturação e sua epistemologia, buscando avançar sob o ponto de vista teórico, tendo em vista o passado mais aplicado.

Tal situação, no entanto, provocou um afastamento da Geografia, e sobretudo dessa Geografia Crítica das práticas de planejamento, como apontam diversos autores como Mendonça (1989) e Sales (1993). Esse afastamento soma-se a marcada fragmentação existente entre Geografia Física e Geografia Humana, que nas palavras de Hissa (1998) tem a primeira se aproximando da prática e a segunda da teoria.

Nesse sentido que o objetivo do presente artigo é analisar como se deu esse processo de fragmentação teoria-prática na Geografia bem como a relação desse movimento com outras fragmentações, como a Física e Humana. Se trata de uma pesquisa teórica e bibliográfica, que busca em diversos autores elementos que discutem perspectivas acerca do problema apresentado.

Entende-se aqui importância de uma Geografia Crítica no planejamento, entendendo que a visão de relação sociedade-natureza da Ciência Geográfica é um aspecto importante para uma prática de organização espacial integrada e autonomista. Entende-se que o planejamento é um dos lugares por excelência da Geografia numa preocupação de superação da dicotomia teoria-prática. O quadro que se deseja levantar é que essa visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar

destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da ciência Geográfica no planejamento.

Assim, o artigo foi dividido em três tópicos. No primeiro, serão discutidas as fragmentações da Geografia, com destaque para a dicotomia teoria-prática. No segundo pretende-se trazer o papel da Geografia no planejamento. No terceiro, buscar-se-á apresentar concepções de planejamento para além do tradicional, um outro planejamento, integrado e autonomista. Por fim, é necessário pontuar que tal artigo é parte de dissertação de mestrado defendida em 2020.

As fragmentações da Geografia: a dicotomia teoria *versus* prática

A Geografia historicamente se constituiu como uma ciência da relação sociedade-natureza, e preocupada, assim, com a organização e ordenamento espacial. Atrelada aos interesses do Estado, ela desenvolveu importantes ações de planejamento, sobretudo a partir das chamadas Sociedades de Geografia.

Aquela Geografia de base descritiva do passado foi importante instrumento para o planejamento e servia a interesses estatais, chamado por Lacoste (2011) de Geografia dos estados-maiores, uma Geografia preocupada com descrições e comparações, e que não tocava nas contradições do espaço. Tanto a Geografia Tradicional quanto a Neopositivista entravam nessa situação, a segunda com uma roupagem mais tecnicista.

Constituindo-se associada ao reconhecimento do território, a Geografia manteve-se próxima às necessidades do Estado, que atrelado ao modo de produção tinha interesse na espoliação da natureza e da classe trabalhadora, servindo, assim, a um projeto ideológico. Desse modo, as ciências de maneira geral, e, especialmente, a Geografia, tiveram importante participação ao,

> [...] promover o desenvolvimento do 'conhecimento' sobre a natureza para atender os interesses econômicos vigentes e o de 'dominação' como forma de se legitimar a apropriação e utilização intensiva da natureza e dos respectivos meios de produção. (CASSETI, 2009, p. 22, grifos do autor).

Ela foi de acordo com Moreira (2011) se constituindo em uma Geografia fragmentada em dois grandes campos: a Geografia Humana e a Geografia Física. Tal aspecto sempre acarretou problemas ao seu desenvolvimento, sendo um ponto que ainda se mantém na atualidade. Entretanto, a ciência geográfica passa na década de 1970 pelo Movimento de Renovação, compondo uma crítica em torno daquele utilitarismo da Geografia que servia a

ordem hegemônica. Esse movimento foi um marco importante porque se contrapôs ao caráter utilitarista das geografias Tradicional e Neopositivista, àquela Geografia que servia aos interesses dos estados-maiores.

Mas o Movimento, embora revolucionário sobre os rumos da Geografia (mormente com relação ao avanço epistemológico), não conseguiu superar todos os problemas desta ciência, persistindo aqueles relativos às fragmentações que a afligem, especialmente a dicotomia teoria-prática, além de dar nova conotação à dicotomia Geografia Física *versus* Humana.

Autores como Mendonça (1989), Sales (1993), e Clemente (2007) apontam que houve um problema na constituição da Geografia Crítica. Os autores analisam que o avanço do Movimento de Renovação passa a rotular alguns ramos como a Geografia Física, a Cartografia e o Planejamento como domínio do utilitarismo, relacionadas àquela Geografia a qual se contrapunha.

Para Sales (1993) passou-se a haver uma relação tensa entre Geografia Crítica e Geografia Física, o que mantinha a fragmentação e as dicotomias. A autora entende que para superar o utilitarismo, bem como resolver a dificuldade de tratar elementos físicos e humanos ao mesmo tempo, excluiu-se a Geografia Física da reformulação crítica da ciência geográfica. Assim, para a autora essa escolha acabou,

> [...] resultando no alijamento dos estudos de natureza física do âmbito de Geografia Crítica, sob o argumento da sua desimportância social e política e, principalmente, sob a suposta existência de compromisso apriorístico do pesquisador da área para com a sociedade de classes [...] (SALES, 1993, p. 2).

Essa fragmentação fez as dicotomias na Geografia adquirirem um aprofundamento das características ideológicas. E é nesse momento que se acirra uma outra dicotomia, entre uma Geografia Aplicada e uma Geografia Crítica, uma "Geografia a serviço e outra contra o capital", e se a Geografia agora renovada busca desvendar as máscaras sociais, para fazer alusão a Ruy Moreira, ela se afasta das intervenções práticas, "porque essas servem ao capital".

É importante entender que as fragmentações têm efeitos mútuos, até porque provém do mesmo motor. Constituiu-se de maneira geral uma Geografia Física tida como ramo da prática e a Geografia Humana como teoria (MENDONÇA, 1989). Ou seja, entender a fragmentação teoria-prática está diretamente relacionada a separação física e humana. Essa divisão ideológica aumentou o fosso de separação já existente, o que de maneira geral fez se

estabelecer duas ou mais geografias, do ponto de vista da forma de proceder cientificamente. Assim sendo,

> [...] os argumentos que têm sido articulados sobre essa fragmentação declaram que a geografia humana, nos últimos quarenta anos, no que se refere à análise dos padrões espaciais das atividades humanas, não tem tido a necessidade básica de contextualizar-se em referência aos aspectos naturais do ambiente. Com isso, em muitos estudos, o ambiente físico acaba desempenhando um papel negligente para o entendimento da natureza dos padrões da atividade humana e seu controle. Da mesma forma, os geógrafos físicos também começaram a estudar os fenômenos espaciais sem a referência das atividades humanas, somente pela explanação da dinâmica física dos elementos físico-naturais causais, sem qualquer menção às atividades e importância para os humanos. Outro aspecto que caracteriza tal desunião refere-se aos próprios embasamentos para as pesquisas, com os geógrafos físicos estando mais ligados às ciências físico-exatas e os humanos mais ligados às ciências sociais. (GOMES; VITTE, 2012, p. 136).

Entende-se assim, que o Movimento de Renovação privilegiou a Geografia Humana. É o que aponta Mendonça (1989, p. 11) ao dizer que a "[...] a maior parte dessas produções são de autoria de geógrafos ligados principalmente à parte humana/social da geografia, registrando uma tendência a tratar a geografia física de maneira muito superficial [...]". A Geografia, pois, ataca sua própria condição enquanto ciência, julgando agora ser apenas ciência do homem, e enquanto ciência total avança muito pouco. Faz-se uma Geografia Física com pouca preocupação teórica e uma Geografia Humana com pouca preocupação prática.

Num conjunto maior, essa dicotomia também se une a outras, como à Licenciatura e Bacharelado, formando conjuntos de aproximações que raramente se tocam, uma linha licenciatura-teoria-humana, e outra linha bacharelado-prática-física, ou seja, a própria estrutura de formação alimenta a máquina da fragmentação, não somente da maneira de se entender a Geografia, mas da própria carga de conhecimento que cada um desses campos adquire durante a formação. Desse modo, fazer Geografia passa a ser uma batalha contra a maré. Produz-se,

> [...] 'o geógrafo cientista', distinto do 'geógrafo não-cientista'. Outra interpretação derivada: haveria uma geografia científica, distinta de uma geografia não-científica. A geografia não-científica seria aquela 'voltada' para o ensino? O que dizer dos professores em sala de aula? Haveria um ensino 'não-científico' da geografia? O que significa ser científico? E, mais adiante, como haver profissionais do ensino distantes da pesquisa? [...] (HISSA, 1998, p. 35).

Ou seja, não obstante tenha avançado frente aos eventos precedentes, o Movimento de Renovação não conseguiu superar o problema elementar da Geografia, a dicotomia Física e Humana, e talvez o tenha acirrado, somando-o a outros, o que, no entanto, não diminui a sua importância e contribuição para todo o arcabouço teórico-metodológico dessa ciência.

Entende-se, contudo, que esse não é um problema somente da Geografia, ele faz parte de um movimento de constituição da visão de mundo fragmentária que caracteriza a sociedade e a ciência moderna, mas que nela desenvolveu profundas contradições. O quadro que aqui se deseja levantar é que essa visão compartimentada mantém na Geografia complexas contradições internas, buscando dar destaque ao aspecto teórico-prático para entender o papel da ciência Geográfica no planejamento.

Importante contribuição, nesse aspecto, torna-se a obra de Hissa (1998), o autor chama atenção para uma separação entre puro e aplicado, que se reflete na Geografia. "[...] O puro seria o suposto território de teóricos; o aplicado, por sua vez, seria o domínio daqueles que fazem, dos mais práticos: dos que assim se consideram – livres da abstração teórica." (HISSA, 1998, p. 33). A prática geográfica a partir dessa visão é dicotômica, capaz de enxergar "[...] de um lado o conhecimento sobre o 'mundo', de outro o planejamento do 'mundo' [...]" (*Ibidem*, p. 33). Assim, se constitui uma Geografia retalhada.

Souza (1992) também aborda a cisma que foi criada em torno do planejamento durante o Movimento de Renovação, na ideia criada de que agindo de tal maneira, a Geografia estaria contribuindo com a manutenção do *status quo*, promovendo mero reformismo sem trazer críticas a estrutura do modo de produção.

Obviamente que as preocupações com o utilitarismo do planejamento não são uma ideia descabida, afinal ele tem sido feito exatamente dessa forma. Quando Carvalho e Santos (1960) falam sobre a importância de uma Geografia Aplicada, chamam atenção também para os riscos. A Geografia não deve ser meramente tecnicista, como muitas vezes é.

> [...] a preocupação com o uso de todo o conhecimento gerado deve ser uma constante na reflexão daqueles que necessitam oferecer respostas válidas aos vários problemas que a sociedade enfrenta. Assim, a geografia e os geógrafos como cientistas devem tornar-se cada vez mais preocupados com tais questões. (GUIDUGLI, 1980, p. 1 apud HISSA, 1998, p. 35).

Mas, o planejamento continua sendo feito de forma contraditória sem a participação da Geografia, ou por uma Geografia sem crítica. O planejamento sem a interferência de uma visão de mundo ampla (que a Geografia pode emprestar) é predatória sobre o meio e sobre a sociedade. Historicamente se constituiu essas formas contraditórias de planejamento,

permitindo que apenas áreas tidas como técnicas planejem, como se a predação, espoliação, a desigualdade fossem a única maneira de se planejar.

A Geografia avançou em muitos aspectos, mas perdeu a capacidade de intervenção. Negando e abandonando o planejamento, ela critica, mas não propõe alternativas viáveis. É preciso progredir para além da crítica e com a crítica. Isso pressupõe uma mudança tanto dos que seguiram pelo campo do conhecimento físico quanto humano.

Pode-se, assim, pensar na utilidade social da Geografia atual e ver o quanto perdeu-se espaço profissional com essa negação. Basta olhar a representatividade de geógrafos no CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e outras áreas. As cadeiras são reduzidas, concursos públicos raramente (ou nunca) ofertam vagas diretamente para geógrafos, ou seja, isto indica que outros profissionais estão desempenhando tarefas tradicionalmente ligadas a Geografia. O geógrafo que apenas denuncia e não propõe, não consegue se efetivar nas políticas de planejamento.

Até mesmo no ensino, a Geografia tem sido ameaçada. No campo da educação, há décadas se denuncia o caráter apenas memorizador da Geografia. Num contexto de internet e de acesso fácil a informação, a Geografia retalhada se torna mais do mesmo ao aluno. Daí que se pode perguntar se estão realmente tomando o lugar da Geografia, ou as contradições internas têm proporcionado isso.

Para Souza (1992, p. 11) a Geografia restringiu-se a denúncia passando a se recusar "[...] a mergulhar na realidade e a valorizar pequenos-grandes problemas sem perder de vista os verdadeiros grandes [...]". Isso acaba por tornar incompleta a tarefa do geógrafo, e pode explicar um pouco da perda de espaço profissional. É evidente que essa, como qualquer fragmentação, é vazia quando submetida a uma análise mais minuciosa. Porque toda aplicação pressupõe uma teoria e toda teoria procura ser aplicada. Dessa maneira, essa confusão afasta a prática de uma abstração mais refinada, e torna a teoria mais distante da realidade.

A fragmentação confunde. Não existem Geografia Física e Humana, bem como não existem Geografia Pura e Aplicada, existe Geografia, enquanto estudo da relação sociedade-natureza, e como conhecimento produzido pelo homem, deve ser para o homem, tanto em explicação quanto em aplicação. A quem interessa esse conhecimento e essa aplicação depende do objetivo, de quando é formulado e por quem. Afinal, "[...] a ciência é, também, o uso que se faz dela." (DUARTE, 2007, p. 36).

A mudança perpassa por avançar para além e com a crítica, propor intervenções, e é crucial afastar ou dirimir as dicotomias. Entende-se, nesse sentido, que um dos passos a serem dados está relacionado ao retorno da importância do planejamento na Geografia, aceitando que esta área de atuação é um dos locais por excelência da ciência geográfica que pode muito contribuir na sua execução, tanto por deter as condições essenciais de conhecimento do espaço quanto de como sua apropriação pode ser feita de forma menos predatória.

Geografia e planejamento

O ato de planejar, de organização do espaço, é uma atividade feita pela humanidade desde a antiguidade, embora seja um aspecto que ganha corpo durante o século XX. Assim, o planejamento não é algo restrito a uma disciplina ou um campo específico do conhecimento. De maneira geral "[...] podemos definir planejamento como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo [...]" (DUARTE, 2007, p. 22). Segundo Santos (2004) o planejamento,

> [...] é um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis [...] (SANTOS, 2004, p. 24).

Há, assim, diversos conhecimentos necessários, e por consequências, diversos profissionais que devem integrar um projeto de planejamento que seja adequado a complexidade das questões a serem resolvidas. Sendo assim, qual seria a especificidade do geógrafo nesse trabalho?

A natureza do conhecimento geográfico, a essência da Geografia, é estudar a relação sociedade-natureza. De tal forma, sua especificidade é trabalhar com essa inter-relação em sua configuração na produção do espaço geográfico, este, produto histórico da relação sociedade-natureza "[...] natureza modificada pelo homem através do seu trabalho [...]" (SANTOS, 2012, p. 150).

Assim sendo, a Geografia deve trabalhar sob o viés da totalidade, ou seja, compreender a realidade como um todo, dinâmico e relacional. Conforme Gomes (2007, p. 84) "[...] a busca da visão de totalidade deve ser a nossa constante meta, tendo em vista que só por intermédio dela é que superamos nossas deficiências a-científicas no âmbito do empirismo e do subjetivismo".

Há toda uma discussão de método que influencia na dificuldade da unidade na Geografia, porque se desenvolveram métodos em ciências humanas, métodos em exatas e ciências naturais. Por isso Lave; Wilson; Barron (2019) assinalam que é necessária uma revisão na maneira de tratar o método para construir essa Geografia. Portanto,

> [...] os métodos de estudar a história da sociedade não necessitam diferir essencialmente dos que se utilizam para estudar a natureza, evidenciando os ensinamentos de Marx (1955) de que 'no futuro, a ciência natural absorverá a ciência humana do mesmo modo que a ciência humana absorverá a ciência natural: se converterão em uma só disciplina'. (CASSETI, 2009, p. 56, grifos do autor).

Para Orlando (2013, p. 94) "[...] primeira e segunda natureza seriam tão somente momentos distintos de uma única natureza, não havendo, portanto, separação homem-natureza, e sim uma interação dialética [...]". Como conceber então uma Geografia Física e uma Geografia Humana? Entende-se, no entanto, que aqui há uma dialética. Essa é a perspectiva do método, da visão de relação sociedade-natureza. Ao mesmo tempo, "[...] o fato de se considerar que natureza e história se unem numa totalidade não significa que se estabeleça uma completa indiferenciação entre ambas". (CASSETI, 2009, p. 75).

Sociedade e natureza não são unidades separadas, mas são regidos por movimentos diferentes, cientificamente há que se construir uma maneira de compreender a complexidade de ambos, sem fragmentar a realidade. Logo, ainda que a visão seja de totalidade, não se quer dizer que sociedade e natureza seguem os mesmos padrões, os procedimentos utilizados podem e muitas vezes devem ser diferentes, mas só podem ser apreendidos na totalidade.

A ciência geográfica tem, portanto, a possibilidade de gerar uma análise concisa dos diferentes aspectos que envolvem o planejamento, tendo em vista que as políticas tradicionais estão eivadas de pragmatismo e fragmentação, que não compreendem a complexa realidade dos componentes do espaço. A compreensão de totalidade que a Geografia pode desempenhar a faz aparecer, nesse sentido, como ponte para superar a dissociada visão de mundo e por consequência dos projetos de planejamento. No entanto, o afastamento da Geografia do planejamento e suas dicotomias internas a deixam estagnada no desempenho de tal papel.

A realidade pede, antes de mais nada uma Geografia una. Para cumprir seu papel ela tem que ter teoria clara, pensar a totalidade, crítica, aplicada. Uma Geografia que supere sua fragmentação para conter soluções fragmentárias. A Geografia só tem o seu lugar quando preserva aquilo que a constitui enquanto tal, ou seja, a relação sociedade-natureza. Se não há uma clareza do que é a Geografia, como aplica-la? E assim se perde espaço.

A primeira questão requer trazer a Geografia Física para uma análise crítica, ao mesmo tempo que proposição à Geografia Humana, o que na prática implica esquecer esses adjetivos para voltar a falar apenas em Geografia. O abandono da parte física numa perspectiva crítica de Geografia não constitui avanço e sim retrocesso, porque são processos que se constituem na realidade, e são base do conhecimento geográfico.

Aquilo que se denomina Geografia Física faz parte da essência da Geografia. É necessário considerar que "[...] as paisagens terrestres, antes de terem sofrido a interferências cultural do homem, representaram heranças fisiográficas e ecológicas [...]" (AB' SABER, 1969, p. 263). A Geografia deve ser una, e também passível de aplicação. Como frisa Ab'Saber (Ibid. p. 261) "[...] não há dúvidas que o grande interesse prático e imediato da ciência geográfica, deriva do seu potencial de aplicabilidade em termos de interesse humano e social [...]". A Geografia precisa avançar em ambos, tanto em teoria quanto em prática, mas se atrasa por essas dicotomias internas.

Carvalho e Santos (1960) vêm chamar atenção para uma Geografia aplicada, abordando a peculiaridade da Geografia, de associação Física-Humana. Para os autores "[...] uma ciência puramente acadêmica é uma ciência amputada [...]" (CARVALHO; SANTOS, 1960, p. 17). De tal maneira, há o entendimento de que a completa realização da Geografia e de qualquer ciência somente se dá a partir da relação teoria-prática.

Tanto Carvalho e Santos (1960) quanto Ab´Saber (1969) destacam o papel da Geografia no planejamento, e o cabedal que ela possui para desempenhar tal função. A Geografia tem que se dispor a emprestar sua visão de "síntese" na construção de um outro planejamento. Para tal é necessário quebrar falsas máximas que foram criadas: planejar não é necessariamente utilitarista, depende de como é feito. Tem que se parar de temer a proposição, e não se trata de tornar a Geografia utilitarista, mas capaz de intervir. Para o Ab´Saber (1969), uma Geografia para o planejamento deve significar um outro planejamento.

Lave; Wilson; Barron (2019) trazem uma abordagem interessante nesse sentido, falam de uma Geografia Física Crítica (GFC), justamente para romper com a falsa máxima de que Geografia Física e Geografia Crítica não se coadunam. Os autores trazem vários exemplos de trabalhos com esse viés integrador, além de aplicáveis. Chamam a atenção para a necessidade de estudos "físicos" que se preocupem com a crítica da realidade, até porque fazem parte do objeto de estudo, sem esquecer a dinâmica da primeira natureza por trás. Acredita-se, no entanto, que se pode avançar mais, falar apenas em Geografia.

Faz-se necessário olhar para os clássicos. A Geografia dos clássicos, até mesmo pelo contexto permitia uma visão holística da realidade. Ao longo do processo de constituição da

ciência e, particularmente da Geografia, é que as dicotomias aparecem e são radicalizadas (MOREIRA, 2011). Historicamente, também sempre se buscou o caminho de volta para sua unidade, como foi a tentativa da Geografia das Civilizações, mas enfrentou dificuldades de se manter una, haja visto não ser essa uma tarefa simples, ainda mais na conjuntura de fragmentação generalizada que se instala na sociedade desde o paradigma newtoniano-cartesiano, e especialmente, do Positivismo (*Ibidem*).

Um dos principais aspectos que foram perdidos foi capacidade de descrição dos clássicos, como ilustra Moreira (2011). É evidente que a mera descrição também gera problemas, porque se vive num mundo que se apresenta complexo e total, e criticável, mas é um fator que merece ser preservado. A Geografia nos clássicos, sobretudo em Humboldt e Ritter, pode ser ponte para quebra das dicotomias.

A Geografia do passado era mais descritiva, e tinha uma capacidade talvez maior de aplicação, mas era extremamente restrita e ligada ao Estado, logo, tendia a ser tradicional em seus projetos. Mas, essa não é única forma de "fazer Geografia", e atualmente há cada vez mais possibilidades de torná-la diferente, desde que não se jogue fora "a criança com a água da bacia". Fazer Geografia sempre significou uma análise espacial para o homem, e conforme Santos (2007) aponta, ela sempre esteve a serviço de uma proposição frente a complexidade da organização da sociedade. Tanto que para o autor,

> [...] a Geografia não nasce como um conhecimento resultante da reunião de um conjunto de sábios ou, mesmo, de uma outra obra que qualquer um deles poderia ter escrito. Trata-se, de fato, de certo tipo de comportamento associado diretamente à nossas necessidades de sobrevivência. (SANTOS, 2007, p. 2).

Se voltar à essência, a Geografia pode contribuir para novas formas no planejamento, resgatando a visão de unidade que constitui a realidade. Sob esse aspecto Casseti (2009, p. 28) destaca que "[...] ao tratar das questões ambientais, a Geografia permite a aproximação do homem com a natureza, rompendo a visão dicotômica e afirmando a unidade dialética". Ou seja, é uma ressignificação do que geralmente é feito.

Ao mesmo tempo deve-se valorizar a crítica em relação a forma como o espaço geográfico é produzido na sociedade capitalista, a fim de não perder aquilo que se acumulou durante o Movimento de Renovação, de denunciar as desigualdades sociais, onde os detentores dos meios de produção, através da superestrutura controlam, subjugam e exploram a força de trabalho que sustenta a infraestrutura do modo de produção. Essa é a relação homem-homem, que constitui o espaço na relação sociedade-natureza.

O processo de renovação em direção a uma Geografia Nova, recorrendo a Milton Santos, não deve ser o abandono da intervenção na realidade, ou de uma Geografia propositiva, de relegar a segundo plano o conhecimento da natureza e do ato de planejar, implica sim, ressignificar, de forma que, juntos realizem o propósito geográfico de contribuir para a sociedade da melhor maneira possível.

É necessário destacar, com base em Souza (2005) que há um planejamento conservador, modernista, mas pode haver um planejamento autonomista, um planejamento que considere as desigualdades sociais, a preservação do meio e as necessidades da sociedade, enfim, que entenda a realidade além de uma mera análise técnica, mas também política e histórica, das conjunturas e necessidades a partir do instrumental teórico-metodologia da Geografia.

Como qualquer prática espacial, não há neutralidade no planejamento, ele "[...] é aquilo que se faz dele [...]" (SOUZA, 2011, p. 85). Um outro planejamento pode ser, de tal forma, uma contraposição. Conforme Hissa (1998),

> [...] sendo o planejamento em si, uma atividade em que se faz necessária uma abordagem holística, uma ciência como a Geografia, ciência da relação sociedade-natureza, tem suma importância, levando em conta a sua capacidade de síntese ou a sua privilegiada visão de conjunto. (HISSA, 1998, p. 9).

A proposição se aproxima, dessa forma, da concepção de Gomes (2007) quando aponta que "[...] a ciência geográfica deve fornecer a sua contribuição no sentido de apresentar o melhor ordenamento do espaço – definido como produtivo e social – que se depreende das relações dos homens no processo de produção e da vida em sociedade" (GOMES, 2007, p. 107).

Embora, o ato de planejar tenha servido historicamente à manutenção do *status quo*, o planejamento não é, absolutamente, antagônico à uma visão progressista de sociedade. Porém, uma falsa dicotomia criada pela ciência moderna, com reflexos na materialização da Geografia Pura e Aplicada (HISSA, 1998).

É necessário, então, destacar o tipo de planejamento que se propõe, como um planejamento que visa o melhor uso possível. O planejamento visa um fim, portanto é carregado de intencionalidade. De tal forma, planejar serve tanto para a manutenção do *status quo* como para sua contestação. A Geografia historicamente serviu para a primeira, o caminho, porém, não é nos afastar, e sim caminhar no sentido da segunda, e ser mais do que críticos, propositivos.

Há que se dizer que nada do que foi dito pressupõe soluções novas, sempre houveram geógrafos e outros profissionais que trabalharam nessa perspectiva, mas sob o ponto de vista de uma tendência geral, ainda são ações minoritárias, pois é uma orientação ligada à visão de mundo fragmentária que comanda a totalidade social.

Ocorrem muitas mudanças na sociedade contemporânea que clamam pela necessidade de uma mudança na ciência, que quebraram a supremacia e o saber absoluto do Positivismo, e que pedem uma Geografia efetivamente nova. A física quântica, a globalização, as tecnologias da informação, o mundo mudou, se apresenta de forma mais clara, na própria realidade como totalidade, assim, não pode ser a ciência a fragmentá-lo.

Toda a perspectiva apresentada faz parte de uma Geografia que ainda se mantém ligada à modernidade e ao pensamento fragmentário. O momento atual é possibilidade de contestação, que ao mesmo tempo é permeado por um risco de aprofundamento dessa questão, por isso a importância de voltar a totalidade. Cabe agora, apresentar o conjunto de concepções que buscam constituir essa nova forma de produzir o espaço, sobretudo relacionada ao planejamento das cidades. De um passado de fragmentação e desarticulação, surgem as tentativas de implantação de planejamentos integrados.

Espaço integrado: por um planejamento urbano-ambiental, integrado e autonomista

As formas tradicionais de planejamento já vêm sendo contestadas em todo o mundo. A partir da constatação de que modelos tradicionais não só não resolvem os problemas, mas, muitas vezes acentuam e criam novos, foram sendo produzidas novas proposições para a gestão das cidades que modifiquem a lógica de oposição sociedade-natureza, ainda que minimamente.

Souza (1992) tem preocupações salutares para a discussão proposta, com relação ao que chama de fragmentação do saber-planejamento. Para o autor supracitado não é somente a prática, mas também a própria palavra vem fragmentada, tanto na adjetivação, quanto na escala – planejamento urbano, ambiental, regional, local. A Geografia tem seu papel na mudança dessa concepção, pois numa realidade comandada por planos marcadamente setoriais, caberia ao geógrafo integrar diferentes visões. Entretanto, como abordado, a ciência geográfica antes deve superar sua fragmentação e sua recente aversão pelo planejamento.

Torna-se uma contradição, assim, compreender o planejamento desarticulado, no caso, ambiental e urbano dissociadamente. Ainda mais em Geografia, já que na prática, além de inadequado "[...] é impossível desenvolver um estudo apenas de geografia física ou de

geografia humana. Precisamos sim, desenvolver um estudo geográfico [...]" (VITTE, 2011, p. 23). Prefere-se adotar o conceito de planejamento integrado, entendendo, natureza e sociedade como uma relação dinâmica de produção e reprodução, nas diferentes escalas. O espaço nessa abordagem se torna relacional. Como nos orienta Santos (2014),

> [...] o movimento que estamos tentando explicitar nos leva a admitir que o espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espirito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos aprecem tanto mais concretas quando menores, é que constituem o abstrato. (SANTOS, 2014, p. 31).

É evidente que existem escalas e adjetivações no planejamento, sejam locais, regionais, nacionais, ambientais, urbanísticos. O que não se pode é fazê-los como se fossem entidades totalmente desconexas. Souza (1992) fala em diferentes integrações necessárias, de escala, sociedade-natureza, entre rural e urbano, entre planejador e sujeito. A primeira constatação é de que sempre há um planejamento, mas ele é quase sempre setorial, segregador, e também higienista e fragmentário. A visão de mundo constituída faz o desenvolvimento ter conotação apenas econômica, por isso é falho para a grande maioria da população e para uma perspectiva sustentável.

A lógica a ser buscada atualmente propõe pensar planejamentos integrados para a superação da lógica de planejamentos setoriais, como apontam Souza (2011), Rezende; Miguez; Veról (2013), entre outros autores. Isso significa uma abordagem interdisciplinar que pense os problemas sob o ponto de vista da totalidade. E a Geografia tem papel importante nesse aspecto.

No caso brasileiro já existem, mecanismos legais que buscam orientar o ordenamento do espaço urbano, com destaque para o Estatuto das cidades, Lei Federal Nº 10.257/01, que "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental". Destaca-se o inciso IV que demonstra a preocupação em relação ao crescimento da cidade e os recursos do meio: "planejamento do desenvolvimento das cidades: cujo objetivo é o de evitar corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente." (BRASIL, 2001).

A partir dessas diretrizes, associada a Lei Federal Nº 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, os municípios constroem seu plano diretor e estabelecem regras para o uso e ocupação, que determinam quais atividades e sob quais parâmetros poderão ser

utilizados em cada área da cidade. Tais avanços podem contribuir para pensar os problemas atuais.

Souza (2005) aponta os avanços importantes do Estatuto das Cidades, dentre eles o IPTU progressivo, a outorga onerosa do direito de construir e o Plano Diretor. Esses mecanismos contribuem para uma organização espacial do espaço urbano, sendo ponte para coibir a especulação imobiliária. Destaca ainda a importância de um planejamento mais autonomista (*Ibid*., 2011).

Para o autor, uma reforma urbana de fato é mais do que física, é uma reforma social. Seria, pois, necessário focar em três pontos: coibir a especulação imobiliária; reduzir a disparidade sócio-econômico-espacial; democratizar o planejamento e a gestão. Ou seja, a construção de uma cidade sustentável está diretamente relacionada as desigualdades na relação homem-homem. Nessa concepção, somente se dá o "[...] autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social." (SOUZA, 2011, p. 61).

O Estatuto das Cidades destaca dois dispositivos nesse sentido, os conselhos de participação popular e o orçamento participativo, que basicamente são formas de dar espaço para a população participar das decisões, afinal "[...] o planejamento deve superar o senso comum, mas sem jamais ignorar os saberes locais." (Ibidem, p. 37). Esses cuidados fazem-se necessários para que o planejamento não seja mercadófilo, gerador de segregação e gentrificação.

A questão é que os planejamentos têm que se adequar as necessidades reais, não ser meramente proposições técnicas, entendendo como Hissa (1988) que ciência e política sempre terão relação. Gonçalves (2016, p. 123) chama atenção no mesmo sentido ao dizer que "[...] é preciso que fique claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural".

A singularidade das diferentes localidades também se torna aspecto importante a ser considerado no planejamento. As mazelas das cidades perpassam, assim, pela maneira como elas se constituíram, tanto do ponto de vista prático, quanto da lógica que orienta essas formações espaciais. Desse modo, torna-se um problema a transposição de planejamentos, como a prática de utilizar cópias de outros lugares do mundo para a realidade brasileira. Esse processo também ocorre internamente, transpondo projetos de uma localidade para outra. Por vezes o planejamento de cidades médias acaba por ser cópia de cidades maiores (SOUZA, 2011).

Tal prática torna problemático o planejamento, já que cada área é um enfoque escalar restrito da totalidade, ela possui características próprias, portanto, é necessário que o planejamento trabalhe em cima da realidade específica, afinal "[...] o espaço é [...] um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares." (SANTOS, 2012, p. 153).

Entende-se que há uma dialética entre o geral e o particular, e aqui está a necessidade de uma dialética totalidade e lugar, levantada por Santos (2005). A realidade deve dizer como a ciência é feita, cada local é peculiar, pela teia de relações especificas (ou não), pelo movimento do sujeito e das relações sociais, mas compõem a totalidade. Para Santos (2006, p. 2013) "[...] cada lugar é, à sua maneira, o mundo [...] mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais".

Assim, numa mescla de proposições a partir de uma dialética do espaço, a Geografia, tem que se preocupar em propor um planejamento integrado, autonomista, da totalidade, mas adequado às especificidades, enfim, fazer a relação sociedade-natureza e teoria-prática, ser crítica e propositiva. O espaço desarticulado, setorial, tem que se tornar espaço integrado.

Considerações Finais

A superação das fragmentações na Geografia (humana x física e teórica x prática), bem como o apontamento das contribuições da Geografia para um planejamento integrado e autonomista são os aspectos que caracterizam o presente trabalho. É necessário reforçar que a preocupação com o utilitarismo é salutar para a Geografia. Nesse sentido o movimento que traz a Geografia Crítica se constituiu como importante processo para proporcionar a discussão de temas que antes eram deixados a margem pela Ciência Geográfica.

Contudo, é preciso pontuar que a negação (ou pelo menos uma dificuldade de aceitação) do planejamento por um viés mais crítico retira um campo importante para o trabalho do geógrafo, e ainda acentua as fragmentações Física e Humana. É importante pontuar que as dicotomias Física e Humana, teoria e prática, são provenientes da mesma lógica de fragmentação que caracteriza a sociedade ocidental moderna.

O planejamento tem extrema importância na discussão desses pontos na Geografia, porque da mesma forma que se construíram configurações contraditórias sobre uma lógica também contraditória, um planejamento concebido numa visão de contestação pode contribuir para uma outra cidade, um outro campo, outra sociedade. Toda prática espacial é intencional e

o planejamento continua sendo feito de forma contraditória sem a participação mais ampla da Geografia.

É preciso superar os planejamentos setoriais em direção aos planejamentos integrados, e a Geografia tem papel importante nesse movimento, devendo para isso ser ativa, propositiva e crítica, assim como continuar a renovar a si mesma e ajudar a renovar a forma de planejar e as concepções de mundo.

A especificidade do geógrafo, o que diferencia essa área do conhecimento dentro de outras áreas do planejamento é justamente a capacidade de uma relação sociedade-natureza. A realidade pede, antes de mais nada, uma Geografia una, geral e local, física e humana, teórica e prática.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Geografia e planejamento**. [s.l]: Revista de História, 1969.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Subchefia de assuntos jurídicos da Presidência da República**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 29 jul. 2017.

CARVALHO, Anna; SANTOS, Milton. **A Geografia Aplicada**. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1960.

CASSETI, Valter. **Contra a correnteza**. [S.l]: 2009. Disponível em: <https://www.funape.org.br/contracorrenteza/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CLEMENTE, Evandro César. **Questões teórico-metodológicas da Geografia no limiar do século XXI**: a questão da problemática na dicotomia Geografia Física x Geografia Humana. Presidente Prudente: Revista Formação, 2007. 3 p. Disponível em: < http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/691/716>. Acesso em: 21 dez. 2017.

DUARTE, Fábio**. Planejamento urbano**. Curitiba: Ibpex, 2007.

GOMES, Rodrigo Dutra; VITTE, Antônio Carlos. **Geografia**: sobre sua unidade e fragmentação. São Paulo: Terra Livre, 2012. Disponível em: < http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/448>. Acesso em: 13 out. 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto: 2016.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Geografia e planejamento**: entre o puro e o aplicado. Belo Horizonte: Geonomos, 1998.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia**. Goiânia: UCG, 2007.

LACOSTE, Yves. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2011.

LAVE, Rebecca; WILSON, Mattew W.; BARRON, Elizabeth S. **Intervenção**: Geografia Física Crítica. Rio de Janeiro: Espaço Aberto, 2019.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física**: Ciência Humana? São Paulo: Contexto, 1989.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDO, Paulo Henrique Kingma. **A natureza na perspectiva da produção capitalista**: o cenário da exploração dos recursos naturais na atualidade. Catalão: Emblemas, 2013.

REZENDE, Osvaldo Moura; MIGUEZ, Marcelo Gomes; VERÓL, Aline Pires. **Manejo de águas urbanas e sua relação com o desenvolvimento urbano em bases sustentáveis integradas**: estudo de caso dos rios Pilar-Calombé, em Duque de Caxias/RJ. [s.l]: Revista Brasileira de Recursos Hídricos, 2013.

SALES, Vanda Caludino. **Geografia Crítica e Geografia Física**: para além das dicotomias. Mérida: IV Encuentro de Geográfos de America Latina, 1993.

SANTOS, Douglas. **O que é Geografia**? [s.l]: 2007. Disponível em: <https://www.ebah.com.br/content/ABAAAfflwAD/que-geografia-douglas-santos>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Rosely Ferreira. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica aos planejamentos e à gestão urbana. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Planejamento integrado de desenvolvimento**: natureza, validade e limites. São Paulo: Terra Livre, 1992.

VITTE, Antônio Carlos. **Por uma geografia híbrida**: ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba: CRV, 2011.

CC BY